

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural 2

Atena
Editora
Ano 2020

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



**A Educação em suas
Dimensões Pedagógica,
Política, Social e Cultural 2**

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 A educação em suas dimensões pedagógica, política, social e cultural
2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de
Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81740-28-3

DOI 10.22533/at.ed.283201302

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação – Inclusão social. I. Monteiro, Solange Aparecida de
Souza.

CDD 370.710981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Brinquedo que for dado, criança brinca
brincando com fardado, criança grita
mas se leva pro sarau, a criança rima
(Carnevalli, Rafael, 2015)

A Educação, nas suas diversas dimensões, seja política, cultural, social ou pedagógica, é articular, acompanhar, intervir e executar e o desempenho do aluno/cidadão. As dimensões pedagógicas são capazes de criar e desenvolver sua identidade, de acordo com o seu espaço cultural, pois possuem um conjunto de normas, valores, crenças, sentimentos e ideais. Sobretudo, na maneira de conhecer as pessoas e conhecer o mundo, suas expressões criativas, tudo isto, é um espaço aberto para o desenvolvimento de uma Proposta Pedagógica adequada à escola e de acordo com o disposto na Lei no 9394/96, Título II, Art. 2o: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Diante das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo, a escola vem sendo questionada acerca do seu papel nesta sociedade, a qual exige um novo tipo de trabalhador, mais flexível e polivalente, capaz de pensar e aprender constantemente, que atenda as demandas dinâmicas que se diversificam em quantidade e qualidade. A escola deve também desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania. Para isso ela deve articular o saber para o mundo do trabalho e o saber para o mundo das relações sociais. No seu âmbito mais amplo, são questões que buscam apreender a função social dos diversos processos educativos na produção e reprodução das relações sociais. No plano mais específico, tratam das relações entre a estrutura econômico-social, o processo de produção, as mudanças tecnológicas, o processo e a divisão do trabalho, a produção e a reprodução da força de trabalho e os processos educativos ou de formação humana. Nesta nova realidade mundial denominada por estudiosos como sociedade do conhecimento não se aprende como antes, no modelo de pedagogia do trabalho taylorista / fordista fundadas na divisão entre o pensamento e ação, na fragmentação de conteúdos e na memorização, em que o livro didático era responsável pela qualidade do trabalho escolar. Hoje se aprende na rua, na televisão, no computador em qualquer lugar. Ou seja, ampliaram-se os espaços educativos, o que não significa o fim da escola, mas que esta deve se reestruturar de forma a atender as demandas das transformações do mundo do trabalho e seus impactos sobre a vida social. A obra “A EDUCAÇÃO EM SUAS DIMENSÕES PEDAGÓGICA, POLÍTICA,

SOCIAL E CULTURAL” em seus 04 volumes compostos por capítulos em que os autores abordam pesquisas científicas e inovações educacionais, tecnológicas aplicadas em diversas áreas da educação e dos processos de ensino. Esta obra ainda reúne discussões epistemológicas e metodológicas da pesquisa em educação, considerando perspectivas de abordagens desenvolvidas em estudos e orientações por professores da pós-graduação em educação de universidades públicas de diferentes regiões/lugares do Brasil. Essa diversidade permite aos interessados na pesquisa em educação considerando a sua diversidade e na aproximação dos textos percebe-se a polifonia de ideias de professores e alunos pesquisadores de diferentes programas formativos e instituições de ensino superior, podendo também cada leitor se perceber na condição de autor de suas escolhas e bricolagens teórico-metodológicas.

Entendemos que esses dois caminhos, apesar de diferentes, devem ser traçados simultaneamente, pois essas aprendizagens não são pré-requisito uma da outra; essas aprendizagens acontecem ao mesmo tempo. Desde pequenas, as crianças pensam sobre a leitura e a escrita quando estão imersas em um mundo onde há, com frequência, a presença desse objeto cultural. Todo indivíduo tem uma forma de contato com a língua escrita, já que ele está inserido em um mundo letrado. Segundo a educadora Telma Weiz, “a leitura e a escrita são o conteúdo central da escola e têm a função de incorporar à criança a cultura do grupo em que ela vive”. Este desafio requer trabalho planejado, constante e diário, além de conhecimento sobre as teorias e atualizações. Enfim, pode-se afirmar que um dos grandes desafios da educação brasileira hoje é não somente garantir o acesso da grande maioria das crianças e jovens à escola, mas permitir a sua permanência numa escola feita para eles, que atenda às suas reais necessidades e aspirações; é lidar com segurança e opções políticas claras diante do binômio quantidade versus qualidade. Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. (GILLES DELEUZE, A literatura e a vida. In: Crítica e Clínica) Finalmente, uma educação de qualidade tem na escola um dos instrumentos mais eficazes de tornar-se um projeto real. A escola transforma-se quando todos os saberes se põem a serviço do aluno que aprende, quando os sem vez se fazem ouvir, revertendo à hierarquia do sistema autoritário. Esta escola torna-se, verdadeiramente popular e de qualidade e recupera a sua função social e política, capacitando os alunos das classes trabalhadoras para a participação plena na vida social, política, cultural e profissional na sociedade.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS MATEMÁTICOS POR CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL A PARTIR DO JOGO BOLA NA CAÇAPA	
Flávia Cristina dos Reis Abud Fonseca Ana Paula Xavier	
DOI 10.22533/at.ed.2832013021	
CAPÍTULO 2	8
CONSTRUCCIÓN DEL PENSAMIENTO Y CONOCIMIENTO CIENTÍFICO, UNA PROPUESTA PARA EL AULA	
Liliana Esther Mayoral Nouvelière Eugenia Cristina Artola Francisco González García	
DOI 10.22533/at.ed.2832013022	
CAPÍTULO 3	27
COTIDIANO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORAS: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CRIAÇÃO DAS “ARTES DE FAZER”	
Letícia de Oliveira Castro Heloísa Raimunda Herneck	
DOI 10.22533/at.ed.2832013023	
CAPÍTULO 4	38
CULTURA E INSTITUIÇÃO ESCOLAR: O DIÁLOGO ENTRE OS SUJEITOS QUE FAZEM A EDUCAÇÃO	
Alexandre Souza de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.2832013024	
CAPÍTULO 5	51
DESENVOLVIMENTO DO DESIGN COGNITIVO DO MUSEU VIRTUAL DA ESCOLA PARQUE DE ANÍSIO TEIXEIRA VIA PESQUISA-APLICAÇÃO - DBR	
Ednei Otávio da Purificação Santos Alfredo Eurico Rodrigues Matta Jaci Maria Ferraz de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.2832013025	
CAPÍTULO 6	60
DESPROTEÇÃO SOCIAL E BARBÁRIE:A REALIDADE DE FILHOS E PAIS NA SEGREGAÇÃO DOS HANSENIANOS NA COMUNIDADE DE PARICATUBA IRANDUBA AM	
Ana Maria Menezes Fonseca Ângela Emília Gama da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2832013026	

CAPÍTULO 7	73
DISCRIMINAÇÃO E INVISIBILIDADE: OS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA A PESSOA LGBTQI+ E EDUCAÇÃO	
Morgana Naiara Barbosa Moraes Luís Antonio Bitante Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.2832013027	
CAPÍTULO 8	82
E LÁ SE FORAM QUATRO ANOS: PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DOS JOVENS COM DEFICIÊNCIA	
Vanderlei Balbino da Costa Halline Mariana Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2832013028	
CAPÍTULO 9	92
EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL: O PLANTIO DE ÁRVORES FRUTÍFERAS COMO ELEMENTO MOTIVADOR	
Solidade Virgínia Cavalcante Alves Abigail de Souza Pereira Maria de Fátima de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.2832013029	
CAPÍTULO 10	102
EDUCAÇÃO DO CAMPO E ÊXODO RURAL NO EXTREMO OESTE CATARINENSE: UMA TESE EM SETE ARTIGOS	
José Fabiano de Paula Leonidas Roberto Taschetto	
DOI 10.22533/at.ed.28320130210	
CAPÍTULO 11	113
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DO DIREITO À REALIDADE	
Maria José Poloni Neide Cristina da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28320130211	
CAPÍTULO 12	127
EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: LEVANTAMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE FAVOREÇAM O PENSAR CIENTÍFICO DA CRIANÇA E O REPENSAR DA AÇÃO DOCENTE	
Rosângela Duarte Elena Campo Fioretti Ana Claudia Paula do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.28320130212	
CAPÍTULO 13	145
EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: ELABORAÇÃO DE RECURSO DIDÁTICO PARA O ENSINO DE PARASITOLOGIA	
Thaís Gomes de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.28320130213	

CAPÍTULO 14 155

EDUCAÇÃO EM QUÍMICA: O USO DA EXPERIMENTAÇÃO NO ENSINO DE SOLUÇÕES

Josefa Vanessa dos Santos Araújo
José Carlos Oliveira Santos
Joabi Faustino Ferreira
Vanderléia Fernanda dos Santos Araújo
Victor Júnior Lima Félix
Breno do Nascimento Ferreira
Rita de Cássia Limeira Santos
Maria Gabriela da Costa Melo
Tárcio Rocha Dantas
Anamélia de Medeiros Dantas Raulino

DOI 10.22533/at.ed.28320130214

CAPÍTULO 15 165

EDUCAÇÃO EUROPEIA NA IDADE MÉDIA: IMPORTÂNCIA DO CRISTIANISMO

Ozineide Alves de Oliveira
Maickey Lucas de Oliveira Maia

DOI 10.22533/at.ed.28320130215

CAPÍTULO 16 169

EDUCAÇÃO INCLUSIVA À LUZ DA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL: APONTAMENTOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

Raquel Almeida Moreira

DOI 10.22533/at.ed.28320130216

CAPÍTULO 17 177

EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ESCOLAS ESTADUAIS DE MUNICÍPIOS QUE FAZEM PARTE DO CURIMATAÚ E SERIDÓ PARAIBANO

Judcely Nytyeska de Macêdo Oliveira Silva
Leonardo Lira de Brito
Maria de Fátima Carvalho Costa
Amanda Feliciano da Costa

DOI 10.22533/at.ed.28320130217

CAPÍTULO 18 187

EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Josy Lira Dias
Kelly de Oliveira Mota
Zilma Torres Dias
Maria Dias Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.28320130218

CAPÍTULO 19 199

EDUCAÇÃO SUPERIOR E MODELO ESTRATÉGICO DE GESTÃO

Adelcio Machado dos Santos
Audete Alves dos Santos Caetano

DOI 10.22533/at.ed.28320130219

CAPÍTULO 20	210
EDUCAR PELA PESQUISA: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO INTEGRAL ATRAVÉS DA EXPERIMENTAÇÃO EM QUÍMICA	
Patrícia Anselmo Zanotta Daniele Colembergue da Cunha Vanzin Marina Zanotta Rocha Maria do Carmo Galiuzzi	
DOI 10.22533/at.ed.28320130220	
CAPÍTULO 21	220
O JOGO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO FACILITADOR NO ENSINO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Eduardo Junior da Conceição Marina Gomes da Silva Guedes Vera Borges de Sá	
DOI 10.22533/at.ed.28320130221	
CAPÍTULO 22	233
INCLUSÃO ESCOLAR: BARREIRAS ATITUDINAIS ENFRENTADAS NA APRENDIZAGEM	
Felipe Correa da Rosa Leite Claudete da Silva Lima Martins	
DOI 10.22533/at.ed.28320130222	
CAPÍTULO 23	242
ESCOLAS YANOMAMI E O CAMINHAR DE SUA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
Katriny Alves de Aguiar Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel	
DOI 10.22533/at.ed.28320130223	
CAPÍTULO 24	254
ESQUIZOFRENIA E O PROCESSO EDUCACIONAL	
Tatiane Mello de Miranda Adriane de Lima Vilas Boas Bartz Cintya Fonseca Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.28320130224	
CAPÍTULO 25	265
ESTRATÉGIA PARA FORMAÇÃO EM GERONTOLOGIA, APLICAÇÃO DO PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR	
Daisy de Araújo Vilela Isadora Prado de Araújo Vilela Ana Lúcia Rezende Souza Marina Prado de Araújo Vilela Juliana Alves Ferreira Camila Ferreira Araújo Claurestina Ramires da Silva Keila Márcia Ferreira de Macêdo Glauco Lima Rodrigues Renata Machado de Assis	
DOI 10.22533/at.ed.28320130225	

CAPÍTULO 26 278

ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA: ACESSIBILIDADE E ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES NA REDE MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC

Erica de Oliveira Gonçalves
Gabrielly Cristine da Silva

DOI 10.22533/at.ed.28320130226

CAPÍTULO 27 300

FAMPREPARA: UMA AÇÃO PARA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Neire Moura De Gouveia
Vanessa Rodrigues de Jesus
Lenilza Alves Pereira Souza
Daiana Sganzella Fernandes
Morgana Potrich

DOI 10.22533/at.ed.28320130227

CAPÍTULO 28 304

FILOSOFIA E PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE EM JEAN PIAGET E JEAN-JACQUES ROUSSEAU

Letícia Alves Assis
Edson de Sousa Brito

DOI 10.22533/at.ed.28320130228

CAPÍTULO 29 313

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA COM FOCO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE – CTS

Luis Alexandre Lemos Costa
Luciana Carlena Correia Velasco Guimarães
Mauro Guterres Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.28320130229

CAPÍTULO 30 327

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES YANOMAMI: UMA EXPERIÊNCIA NO RIO MARAUIÁ

Katrinny Alves de Aguiar
Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel

DOI 10.22533/at.ed.28320130230

CAPÍTULO 31 336

A PARÁFRASE NO DISCURSO RELIGIOSO MUDIÁTICO

Solange Aparecida de Souza Monteiro
Paulo Rennes Marçal Ribeiro
Giovanna Moraes Ferreira
Letícia Jovelina Storto
Débora Cristina Machado Cornélio
Heitor Messias Reimão de Melo
Fernando Sabchuk Moreira
Valquiria Nicola Bandeira
Carlos Simão Coury Corrêa

Andreza de Souza Fernandes
Monica Soares
Vanessa Cristina Scaringi

DOI 10.22533/at.ed.28320130231

SOBRE A ORGANIZADORA.....	347
ÍNDICE REMISSIVO	348

DISCRIMINAÇÃO E INVISIBILIDADE: OS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA A PESSOA LGBTQI+ E EDUCAÇÃO

Data de aceite: 31/01/2020

Data de submissão: 04/11/2019

Morgana Naiara Barbosa Moraes

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT

Barra do Garças – MT

<http://lattes.cnpq.br/5446988933827365>

Luís Antonio Bitante Fernandes

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT

Barra do Garças – MT

<http://lattes.cnpq.br/3459293971039268>

RESUMO: A saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/ Transexuais/ Transgêneros, Queer, Intersexuais e mais (LGBTQI+) é um assunto que vem sendo discutido ao longo dos anos pelos órgãos públicos, mas com pouca força efetiva, sendo possível notar ainda os presentes casos de preconceito na sociedade, sobretudo na esfera da saúde. O presente trabalho avaliou a presença de discriminação e invisibilidade da população LGBTQI+ nos serviços de saúde pública municipal, utilizando a percepção de profissionais da área e usuários desses serviços. Utilizou-se uma abordagem qualitativa e de caráter descritivo, caracterizando uma pesquisa de campo ao usar entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados e, posteriormente, uma análise de conteúdo das informações obtidas.

Assim, expondo a forte presença dos fatores avaliados e mensurando as consequências dos mesmos para a qualidade de vida e promoção de saúde dessa população. Isto posto, tornou-se fundamental a construção do ponto de vista inerente a estes profissionais acerca de sua atuação, compreendida em várias camadas. Do mesmo modo, fez-se necessária dimensionar e explanar as experiências da população LGBTQI+ quanto aos serviços de saúde prestados. Destarte, foi possível concluir a presença de diversas falhas na promoção e garantia de direitos relacionados à saúde para essa comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: População LGBTQI+. Política pública de saúde. Atenção integral à saúde.

DISCRIMINATION AND INVISIBILITY: PUBLIC HEALTH SERVICES TO LGBTQI+ AND EDUCATION

ABSTRACT: The health of Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite/ Transsexual/ Transgender, Queer, Intersex and more (LGBTQI+) is a subject that has been discussed over the years by public agencies, but with little effective force, and it is possible to note those present cases of prejudice in society, especially in the sphere of health. The present study evaluated the presence of discrimination and invisibility of the

LGBTQI + population in municipal public health services, using the perception of health professionals and users of these services. A qualitative and descriptive approach was used, characterizing a field research using semi-structured interviews for data collection and, subsequently, a content analysis of the information obtained. Thus, exposing the strong presence of the evaluated factors and measuring their consequences for the quality of life and health promotion of this population. Thus, the construction of the point of view inherent to these professionals about their performance, comprised in several layers, became fundamental. Likewise, it was necessary to measure and explain the experiences of the LGBTQI + population regarding the health services provided. Thus, it was possible to conclude the presence of several failures in the promotion and guarantee of health-related rights for this community.

KEYWORDS: LGBTQI + population. Public health policy. Comprehensive health care.

1 | INTRODUÇÃO

A população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transgêneros, Queer, Intersexuais e demais definições, (LGBTQI+) se apresenta como movimento social bem antes de adotar tal nomenclatura tão inclusiva. Passando por diversos marcos históricos que levaram ao conhecimento conquistados atualmente, todo processo evolutivo do movimento foi definido por uma busca incessante de igualdade e respeito. Um âmbito sempre presente nesse processo é a esfera da saúde, dada como um direito assegurado e acessível, ressaltado pela criação de um sistema de atendimento público. E por mais retrocessão que isto possa parecer, vários níveis de opressão acabam por ser constantemente retratados nesse cenário. Ainda hoje, encontramos certas ações que pouco ou nada condizem com o que se é esperado desses serviços. O abismo entre teoria e prática se torna gradativamente mais gritante e suas consequências, notórias.

Diante disso, a proposta do trabalho pauta-se na apresentação dos resultados de pesquisa desenvolvida acerca da saúde pública LGBTQI+, na cidade de Barra do Garças – MT. O objetivo da pesquisa fundamentou-se em analisar a presença de discriminação e invisibilidade à população LGBTQI+ nos serviços de saúde pública municipal, correlacionando esses possíveis fatores com as consequências diretas na qualidade de vida e promoção de saúde dessa população.

Para seguirmos a análise acerca da saúde pública para população LGBTQI+, especificamente, no município de Barra do Garças – MT, partiremos do conhecimento sobre a existência de programas específicos para esse público, como o programa Brasil Sem Homofobia (BSH), vigente desde 2004, e a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT), vigente desde 2011. Medidas essas que vem com a função de destacar não só as urgências dessa população em termos de enfermidades físicas, mas também

propõe um olhar mais aguçado no sentido de ver todo contexto que a cerca. Desta maneira, iniciaremos com conceitos introdutórios relevantes a temática, passando pelos direitos básicos LGBTQI+ e suas aplicações na saúde e, seguidamente, os apontamentos relativos a saúde pública LGBTQI+ municipal.

2 | CONCEITOS INTRODUTÓRIOS A TEMÁTICA

Avançando sobre o tema, a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2016) atribui esta definição quanto à sexualidade:

[...] é um aspecto central do ser humano ao longo da vida que engloba sexo, identidades e papéis de gênero, orientação, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é influenciada por interseção biológica, psicológica, social, econômica, política, cultural, jurídica, fatores históricos, religiosos e espirituais (WHO, 2016).

Conseqüentemente, encontram-se diversas formas distintas de conduta e exteriorização sob a sexualidade humana e seus seguimentos. Cada vez mais buscando alcançar a notoriedade do reconhecimento dessa diversidade sexual e sua expressão (WHO: SEXUAL HEALTH, HUMAN RIGHTS AND LAW, 2015).

Contrastando com o que já se conhecia sobre sexualidade, dois termos surgem para salientar com mais afinco as diferenças presentes nesse contexto: sexo – considerado como dado biológico – e gênero.

A conceptualização de gênero e sexo sempre promoveu numerosas divergências. Habitualmente, a literatura propende-se a dividir estes conceitos a partir da dicotomia biológica versus cultural. Assim a definição de sexo proveria de uma conotação anatômica, enquanto gênero se definiria com base em características socioculturais (MENEZES et al., 2010). Estudos na área de gênero, mais recentes, apontam para a necessidade de se olhar para o gênero em uma abordagem que transborda essa dicotomia em um processo de desconstrução da categoria (SCOTT, 2002; BUTLER, 2011).

Interpreta-se identidade de gênero como uma composição individual do sentimento de identidade que forma cada pessoa. Sendo configurada através das influências que recebemos, ainda sim, dissocia-se e dá origem a um novo sentido em consonância com sua orientação e práticas/desejos sexuais; discernindo que os mesmos podem ser alterados à própria vontade do ser humano (GROSSI, 1998; DE CAMARGO & DE SAMPAIO NETO, 2018).

Ainda sobre o assunto, um termo comumente confundido com identidade de gênero e equivocadamente atribuído à mesma significância, é orientação sexual. No entanto, orientação sexual surge como a habilidade de alguém em desenvolver naturalmente uma atração de cunho sexual, emocional e/ou afetivo por pessoas

do mesmo gênero, gênero diferente ou mais de um gênero; respectivamente denominadas homossexuais, heterossexuais e bissexuais. Adverte-se a existência de uma multiplicidade abrangendo orientação sexual, não se resumindo nos três exemplos citados acima (PRINCIPLES, 2007; REIS, 2018).

Salienta-se ainda, um engano muito presente na sociedade atual. A denominação falha de orientação sexual pela expressão incorreta “opção sexual”. Onde se há conhecimento da incapacidade de um indivíduo optar, racionalmente, por sua orientação sexual, seja ela hétero, homo ou qualquer outra (ABGLT, 2008).

Destarte, após a elucidação no que concerne ao contexto histórico de conceituação relevantes ao tema, é dado enfoque para outro tópico de suma importância: direitos básicos da população LGBTQI+, com ênfase na esfera da saúde.

Legalmente, a Constituição garante, no Art. 196, “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988). Na ideia de regularizar o capítulo constitucional da saúde, foram promulgadas as Leis 8.080/90 e 8.142/90, que asseguram o conceito ampliado de saúde e ressignam princípios, com destaque para o do Cap. II, Art. 7º, alínea IV, quanto à “igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie” (BRASIL, 1988). Entendido assim que toda e qualquer pessoa tem o direito ao recebimento do mais alto nível de saúde física e mental, sem sofrer qualquer tipo de discriminação ou atitude baseada em sua orientação sexual ou identidade de gênero que resulte na privação desse direito. A saúde sexual e reprodutiva é um aspecto fundamental desse direito (BRASIL, 1988; PRINCIPLES, 2007).

Consoante a OMS, entende-se por saúde sexual muito além da mera inexistência de enfermidades. O conceito se forma a partir de um estado físico, uma harmonização entre fatores como bem-estar emocional, mental e social em relação à sexualidade. Assim, a torna fator determinante para categorizar um indivíduo devidamente pleno e saudável, onde se compreende uma necessária efetivação livre de toda e qualquer manifestação de violência, discriminação e opressão desses direitos sexuais que competem a todos os seres humanos, independente do contexto; assegurando a todos uma saúde protegida, respeitosa e segura. O reconhecimento de tais práticas objetiva essas medidas governamentais a não só reconhecerem, mas também se empenharem ao máximo em transpor todos esses obstáculos para o gozo pleno da saúde dessas pessoas (WHO, 2006, 28–31; FERRAZ & KRAICZYK, 2017).

3 | SAÚDE PÚBLICA LGBTQI+ EM BARRA DO GARÇAS - MT

O município possui uma população de 60.661 habitantes, onde encontra-se um polo universitário, abrangente em diversidade sexual e de gênero. Além do que, cabe considerar o município como parte integrante de um estado que somente em 2017 trouxe iniciativas para a LGBTQI+ (IBGE, 2018; ARAGUSUKU & LOPES, 2018).

Primeiramente, traçou-se um perfil sociocultural das duas populações entrevistadas, um total de 13 participantes. Alguns entrevistados não foram incluídos por não ter sido coletados dados suficientes para delinear o perfil dos mesmos. Ao que consta sobre a população de profissionais de saúde, a amostra foi constituída por 7 profissionais de saúde sendo 3 enfermeiras-chefe, 1 enfermeira e 3 agentes de saúde. Notou-se que os profissionais de saúde têm idade predominantemente na faixa etária entre 35 e 45 anos, com uma predominância do gênero feminino. Vale ressaltar também que em sua maioria, possuem experiência na área e um abrangente tempo de atuação nos cargos que executam (entre 2 e 8 anos).

Ao seguirmos para a população de usuários LGBTQI+, a amostra foi constituída no intuito de contemplar o máximo possível da diversidade contida nesta sigla. Então foi obtido a participação de 2 homoafetivos (gays), 1 homoafetiva (lésbica), 1 pansexual e 2 homens transgêneros. Pôde-se observar variações em praticamente todas as variáveis socioeconômicas deste grupo. Enfatizou-se não só uma diversidade em questão de sexualidade e gênero, mas também em áreas da graduação e âmbito religioso. Todas as características individuais de cada entrevistado corroboram com as diferentes visões demonstradas sobre o tema da pesquisa.

Prosseguindo para o aprofundamento do conteúdo das entrevistas, partimos para o primeiro bloco temático, onde propôs-se realizar um questionamento a respeito do conhecimento dos profissionais de saúde sobre a atuação do governo municipal para implementação, implantação e avaliação da política pública beneficiando a população LGBTQI+. Desta forma, os dados mostram que há uma total falta de conhecimento relevante a pergunta:

- "Não existe política, né? Eu nunca participei de nada, não sei como está essa questão." (Ent. 1), "Até onde eu sei, não está havendo nenhum tipo de discussão sobre esse tema. Pode ter acontecido no que diz respeito aos órgãos municipal ou estadual, mas não fiquei sabendo." (Ent. 2).

Ao abordarmos sobre capacitação, apenas uma entrevistada realizou um tipo de capacitação. Foi relatado que costumeiramente não há disseminação de informações sobre capacitações seja *online* ou presencial e, diretamente, essa ausência de capacitação tem efeitos atrelados ao despreparo para com o público. Além do que, pela ótica dos usuários desses serviços, acredita-se que haja outras motivações para a falha nos atendimentos, como: ideologias pessoais, religiosidade,

e a falta de ética. Assim como podemos ver exemplos nessa fala:

- “Aqui a gente, é igual eu te falei, os treinamentos dificilmente acontecem... Nunca me informaram, eu não sei.” (Ent. 4).

Quando indagado quanto aos obstáculos internos e externos sentidos pelos profissionais no momento de desempenhar essas políticas para a população LGBTQI+, recorrentemente atribuiu-se a uma invisibilidade muito constante à noção de políticas específicas para o público LGBTQI+, além da falta maior de espaço físico adequado, de recursos humanos, de planejamento. Contudo, de maneira contraditória, ao ser discutida a qualidade dos serviços ofertados por suas unidades, os profissionais se mostram orgulhosos e crédulos que efetuam suas atribuições de maneira conveniente. De maneira mais marcante para este bloco temático, temos a fala da entrevistada 1:

— “A dificuldade é porque não existe uma política que venha lá de cima, né? Do governo. Nós não criamos políticas dentro da unidade, programas existem e a gente executa. São várias esferas, a gente fica na parte de execução, mas ainda não existem políticas para a inserção de pessoas dessa categoria [...]” (Ent. 1)

Seguindo pela perspectiva dos usuários, eles caracterizaram diferentes entraves em relação ao seu acesso a saúde pública. Por exemplo, a credulidade no despreparo desde a formação acadêmica desses profissionais, a invisibilidade acarretada pela heteronormatividade, o não uso do nome social em algumas Unidades Básicas de Saúde, entre outras. Situações como essas ferem gravemente direitos básicos que podem ser encontrados na Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, onde é assegurado para seus usuários um atendimento livre de qualquer restrição ou negação em razão de sua identidade de gênero.

Pautando sobre a informação e divulgação de ações da *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais* por meio da Secretaria Municipal de Saúde, apenas a entrevistada 2 afirmou receber divulgação por meio de cartazes, folders, e até por áudio visual. Construindo um discurso incoerente em seguida, ao alegar que não há ações voltadas diretamente para população LGBTQI+ em sua unidade. Alegação essa compartilhada pelos demais profissionais de saúde entrevistados. Conjuntamente neste bloco temático, a classe de profissionais foi questionada acerca de sua consciência referente a colocações sobre a PNSILGBT no Conselho de Saúde e Conferência de Saúde, os mesmos mencionaram que não ocorreu nenhuma discussão sobre o tema nestes eventos.

Deslocando nosso olhar para questões reservadas aos usuários LGBTQI+, abordamos sobre a presença do preconceito na esfera da saúde e suas expressões. É possível destacar diferentes relatos provenientes dos participantes, onde citaram

o ato de fazer “piadinhas”, a invisibilidade sofrida pelas diversas sexualidades, o nível de profissionalismo que varia conforme o local onde o serviço é prestado, a falta de compreensão e empatia por parte de alguns funcionários, e de modo geral, a obstaculização da doação de sangue para a população LGBTQI+.

No momento em que se perguntou o posicionamento deles ao que se diz dessa obstaculização em doar sangue, todos os entrevistados exprimem um sentimento claro de inferiorização e a colocam como uma maneira de condicionar a população LGBTQI+ a um status de promiscuidade, constantemente ligada as infecções sexualmente transmissíveis (IST's). Esses sentimentos podem ser observados ao longo da fala do entrevistado 9:

— “É algo que está muito ligado a essas coisas, como se fosse o lixo da humanidade. Então foi feita uma propaganda em prol disso. O fato de você dizer que você é uma mulher que quer passar o resto da sua vida com uma mulher, parece que torna esse afeto a coisa mais monstruosa do mundo, por conta de que foi construído assim. [...]” (Ent. 9)

Adentrando na temática “conservadorismo presente na saúde”, foi perguntado aos usuários se eles o consideram um fator para o agravamento do estado de saúde da pessoa LGBTQI+. Todos os entrevistados acreditam que toda e qualquer forma de discriminação interfere fundamentalmente no processo saúde-doença da pessoa LGBTQI+, estabelecendo que cogitem como fator determinante para o conceito de agravamento de saúde. Podendo-se estipular o quão atingido é a subjetividade do indivíduo mediante a uma interferência deletéria em sua saúde, já estando prejudicada por alguma enfermidade ou não.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O distanciamento entre as práticas estabelecidas com o que é cumprido no cotidiano torna o cenário assombroso. A continuada contradição demonstrada pelos profissionais de saúde releva um dos maiores obstáculos para a efetuação plena de seus serviços: a hipocrisia social. O fato de não saberem o que lhes compete, instantaneamente compromete seu desempenho, mas também se demonstra a falta de interesse em aprimorar os serviços, buscar meios de estender esse bom atendimento. Reduz-se as chances de uma boa atuação quando o funcionário nem ao menos sabe o que lhe é atribuído, cedendo ainda mais espaço para o desinteresse governamental frequentemente presente na sociedade.

A permanência da desinformação nesta esfera revela não só a intenção das autoridades na manutenção dessa situação, mas também expõe o descaso predominante em vários níveis. Acompanhando os relatos dispostos nesta produção acadêmica, é fácil perceber uma interdependência de diversos fatores na construção

do contexto atual. Partindo da subordinação imposta pela hierarquia desses setores, nota-se dois comportamentos principais entre os profissionais de saúde: a insatisfação com o modo que é conduzida esta esfera e a alienação dos mesmos combinada com a falta de interesse sobre o tema.

Partindo dessas percepções até então, vemos o papel fundamental da educação como instrumento transformador na realidade dos profissionais de saúde. Como citado por alguns usuários, há uma preocupação desde a formação acadêmica dos mesmos. É visto a pouca ou quase nenhuma abordagem sobre a saúde LGBTQI+ e suas necessidades. Se torna de suma importância o ato de investir em recursos educacionais afim de consolidar uma base de conhecimento que coincida com a realidade, preparando esses futuros profissionais para a diversidade populacional que eles irão atender.

Tendo como norteador a *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*, válida desde 2011, o estudo demonstra que ainda no período atual, vários direitos desta população são violados. Os resultados dão voz às pessoas LGBTQI+ que relataram como em inúmeras vezes se sentiram subjugadas, desrespeitadas e invisibilizadas. Experiências essas caracterizadas com exemplos de não uso do nome social, a habitual interpretação heteronormativa da sexualidade, a indiscrição e o questionamento sobre o ser LGBTQI+ mesmo que tratem isso de maneira optativa, e a famigerada doação de sangue.

Permitindo a ilustração da realidade destas pessoas que procuram esses atendimentos e como a realização desses processos afeta esse público. Consequências que interferem tanto na qualidade de vida desses indivíduos, quanto podem servir como agravante do estado de saúde, havendo um processo de adoecimento ou a ausência dele.

Sugerindo então como estratégias na tentativa de diminuir as discrepâncias apresentadas na área, a promoção mais assídua de capacitações para seus profissionais, por meio presencial, semipresencial e *online*, reforçando os meios já existentes de se capacitar. Além de instaurar uma divulgação efetiva sobre os direitos dessa população na saúde, informando através de cartazes e *folders* a política pública LGBT. Propõe-se as autoridades municipais um empenho maior para a construção de uma unidade referencial em tratamento para travestis e transgêneros, tendo como justificativa o fato de que o Processo Transsexualizador do SUS não conta com um estabelecimento de saúde habilitado para atendimento especializado no estado de Mato Grosso.

Por fim, concluímos segundo a realização da pesquisa, uma existência de falhas na garantia e incentivo dos direitos relacionados à saúde da população LGBTQI+. Demonstra-se a urgência em mudanças nos aspectos de conduta, conhecimento e aprimoramento no que se refere às práticas definidas pela política nacional de

saúde LGBT. A fim de fato que uma equidade possa alcançar verdadeiramente essa população, e assim, não mais tenham que travar lutas para conquistar aquilo que lhes é de direito.

REFERÊNCIAS

- ABGLT. Anais da Conferência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT. **Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania GLTB**. Brasília, 2008.
- ARAGUSUKU, Henrique Araújo; LOPES, Moisés Alessandro de Souza. **Políticas públicas e cidadania LGBT em Mato Grosso: Uma década de avanços e retrocessos (2007-2017)**. *Sexualid, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro. Vol 29: 147171, 2018.
- BRASIL, Senado Federal. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- BUTLER, Judith. **Gender trouble: Feminism and the subversion of identity**. Routledge. Routledge, 2011.
- DE CAMARGO, Shelley Arruda Pinhal; DE SAMPAIO NETO, Luiz Ferraz. **Sexualidade e gênero**. Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba. Vol 19.4: 165-166, 2018.
- FERRAZ, Dulce; KRAICZYK, Juny. **Gênero e Políticas Públicas de Saúde– construindo respostas para o enfrentamento das desigualdades no âmbito do SUS**. Revista de Psicologia da UNESP. Vol. 9.1: 70-82, 2017.
- GROSSI, Miriam Pillar. **“Identidade de Gênero e Sexualidade”**. Antropologia em Primeira Mão, n. 24, 1998.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População Estimada. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/barra-do-garcas.html>. Acesso em: 05 dez. 2018
- MENEZES, Aline Beckmann; BRITO, Regina Célia Souza; HENRIQUES, Alda Loureiro. **Relação entre gênero e orientação sexual a partir da perspectiva evolucionista**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol 26.2: 245-252, 2010.
- PRINCIPLES, Yogyakarta. **The Yogyakarta Principles. Principles on the Application of International Human Rights Law in Relation to Sexual Orientation and Gender Identity**. Adopted by the Intcrmuiona, pag. 6-9, 2007.
- REIS, Toni. **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/Gay Latino. Editora Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - Universidade Federal do Paraná, 2018.
- SCOTT, Joan. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Editora Mulheres, 2002.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION, et al. **Defining sexual health: report of a technical consultation on sexual health: 28-31 January 2002, Geneva**. World Health Organization, 2006.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION, et al. **FAQ on Health and Sexual Diversity - An Introduction to Key Concepts**. World Health Organization. Geneva, 2016.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION, et al. **Sexual health, human rights and the law**. World Health Organization, 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 7, 98, 120, 121, 122, 123, 145, 148, 230, 250, 314, 315, 322, 325, 332
Annona muricata L 92, 93, 99
Aprendizagem docente 27
Arborização escolar 92, 100
Atenção integral à saúde 73
Atendimento educacional especializado 1, 2, 4, 6, 33, 84, 85, 86, 87, 90

C

Conocimiento científico 8, 9
Cotidiano escolar 27, 31, 35, 36, 37, 42, 46, 281
Cristianismo 165, 166
Cultura escolar 38, 39, 40, 41, 46, 49, 50, 147

D

Deficiência intelectual 1, 3, 4, 175
Design-based research 51, 52, 59
Design cognitivo 51, 53, 54, 55, 56, 58
Didáctica de la Biología 8, 10
Divulgação científica 143, 145, 146, 148, 299

E

Educação de jovens e adultos 113, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 126
Educação do campo 102, 104, 105, 106, 107, 110, 111
Ensino de química 156, 164, 325
Ensino médio 44, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 118, 119, 156, 157, 158, 159, 164, 210, 212, 213, 218, 220, 225, 226, 231, 249, 301, 302, 303, 325
Escola parque 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59
Escola pública estadual 38
Espaço não escolar 145, 148
Espaços culturais 38
Êxodo rural 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112
Extremo oeste catarinense 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112

F

Formação continuada 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 128, 129, 135, 142, 143, 189, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 231, 297, 313, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 347
Formação de professores 37, 83, 86, 129, 130, 131, 134, 135, 143, 145, 147, 164, 191, 194, 198, 218, 242, 247, 249, 251, 252, 253, 314, 316, 318, 321, 322, 324, 325, 326, 327, 329, 335

H

Historia de las Ciencias 8

I

Idade média 132, 165, 166, 167, 168

Inclusão 1, 48, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 113, 114, 121, 125, 130, 131, 143, 147, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 233, 234, 235, 240, 241, 253, 262, 263, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 297, 298, 299

Inclusão escolar 82, 84, 85, 86, 87, 113, 174, 176, 177, 185, 233, 234, 235, 241, 263, 283, 284, 285, 297, 299

J

Jogo 1, 3, 4, 5, 6, 115, 119, 220, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 321, 322, 331

L

Legislação 68, 86, 88, 106, 113, 114, 123, 179, 192, 246, 252, 327, 328

Letramento científico 145, 148

M

Matemática 1, 7, 219, 236, 238, 250, 254, 302, 313, 318, 321, 323, 324, 332

Metodologia experimental 156, 159

Museu virtual 51, 54, 56, 57, 58

P

Pensamiento científico 8

Pequenos querubins 92, 94, 98, 99, 100, 101

Política pública de saúde 73

Políticas educacionais 37, 82, 282

População LGBTQI+ 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80

Prática pedagógica 27, 31, 34, 36, 39, 47, 129, 134, 231, 241, 273

Práticas culturais 38, 48

S

Sociocultural 77, 102, 103, 104, 111, 131, 195, 253

Soluções 4, 35, 45, 52, 55, 155, 156, 158, 159, 160, 163, 202, 206, 208, 216, 223, 262, 270

T

Tese 102, 103, 105, 106, 112, 143, 144, 176, 186, 200, 218, 253, 263, 323, 325, 346

 **Atena**
Editora

2 0 2 0